



Políticas Educacionais e a Curricularização da Extensão Universitária

Educational Policies and the Curriculum of University Extension

Alfredo Balduino Santos¹
Maria Helena Tomaz²

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Curricularização. Extensão.

Linha Temática: Desenvolvimento Curricular

No Brasil durante a última década criou-se uma perspectiva positiva de transição nas políticas educacionais do ensino superior: o sentido público das universidades começou a ser recuperado, a forte expansão da rede de universidades federais e do ensino técnico iniciou um processo importante de democratização objetivando a popularização do acesso à educação superior e houve uma expansão no financiamento das políticas públicas. Porém, embora tenha aumentado, esse financiamento ainda é estruturalmente baixo, a expansão das universidades e escolas técnicas exige um investimento bem maior na qualidade do ensino, os professores continuam pouco qualificados e valorizados, a juventude ainda está majoritariamente excluída do ensino médio de qualidade e conseqüentemente do ensino superior, as políticas de assistência estudantil são pouco consistentes e não absorveram as demandas inerentes ao novo perfil de estudantes, as estruturas institucional, acadêmica e curricular ainda refletem as reformas do período da ditadura, aprofundadas sob o neoliberalismo, entre outras questões fundamentais que se colocam no cenário brasileiro da educação superior.

Nessa conjuntura, as proposições para expansão do ensino público, com graves limites existentes, estão articuladas ao Plano Nacional de Educação (PNE)

¹ Doutorando em Ciências da Educação na especialidade Desenvolvimento Curricular, professor assistente, UDESC, alfredo.balduino@udesc.br

² Doutoranda em Ciências da Educação na especialidade Desenvolvimento Curricular, técnica em Educação, UDESC, maria.tomaz@udesc.br



para o decênio 2014-2024 cujas metas continuam ainda fortemente vinculadas às estratégias de desenvolvimento nacional. Essa vinculação suscita uma forte luta entre os setores representantes do grande capital financeiro e os que lutam pelo avanço da revolução democrática na educação. Porém, na contramão dos esforços para a efetivação de reformas educacionais centradas na eficiência, competitividade e produtividade, estão sendo realizadas ações educacionais nas universidades subsidiadas por políticas curriculares fundamentadas em inverter essa lógica vigente. Nesse cenário, como proposta de política educacional, o Plano Nacional de Educação-PNE (BRASIL, Lei 13.005,2014) define, dentre suas estratégias, a integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, através de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social, o que desafia as instituições de ensino superior brasileiras a repensarem suas concepções e práticas extensionistas, o currículo e a própria universidade.

De cunho descritivo, o presente trabalho aborda uma breve experiência da trajetória da extensão universitária na UDESC destacando o Núcleo Extensionista Rondon como potencial para creditação da extensão universitária. Seu objetivo é destacar trajetórias possíveis da implementação da estratégia 12.7 fundamentada na relação extensão-pesquisa-ensino e gestão e no reconhecimento da extensão como função acadêmica integrada ao currículo. Destaca-se o desafio atual das universidades na creditação da extensão nos cursos de graduação: tornar possíveis as ações transformadoras de ensino, pesquisa e extensão, que visem uma ampliação necessária da democratização dos saberes institucionais que, em contrapartida, transformarão a universidade.

As experiências vivenciadas no Núcleo Extensionista Rondon envolvem operações que contabilizam a participação de 2.370 acadêmicos e servidores universitários (técnicos e professores), que por dez dias ficam imersos em diferentes municípios, vivenciando a realidade social deste município, considerando as oito áreas da extensão universitária, estabelecidas no Plano



Nacional de Extensão Universitária a saber: educação, cultura, meio ambiente, direitos humanos e justiça, comunicação, saúde, trabalho e tecnologia.

Nessa abordagem destaca-se a importância de construir um outro movimento de “reforma” nas políticas educacionais na realidade atual brasileira “que emerge da própria experiência histórica dos sujeitos atores e fundamenta-se na defesa do público, da educação como direito, que somente pode ser garantida na espera pública”, como afirma Candau (2013, p. 40). Uma maior troca de experiências nessa perspectiva é uma das alternativas para o fortalecimento de estratégias comprometidas com a crítica e com outras possibilidades de “fazer” melhorias na educação. Atentar também para os conceitos de interpretação e de tradução das políticas realizadas pelos diversos atores no processo de colocá-las em ação, é uma das estratégias de investigação propostas por Ball et al (2016) e destacadas no processo de implementação da creditação da extensão universitária na UDESC. Essa interpretação trata de uma estratégia de decodificação da política, a partir da interação das demandas das instituições escolares com as necessidades políticas apresentadas. Isso significa que a leitura da política é realizada com a finalidade de se atribuir um sentido para aquele contexto local e para as histórias dos sujeitos envolvidos.

Referências

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 29 junho 2014.

CANDAU, Vera Maria. Reformas educacionais hoje na América Latina. In MOREIRA, F. B. M. (org) **Currículo, políticas e práticas**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.